



**ESTADO DO CEARÁ**  
**SECRETARIA DA FAZENDA**  
***Contencioso Administrativo Tributário***  
***Conselho de Recursos Tributários***  
***1ª. Câmara de Julgamento***

**Resolução N° 578/2005**

**Sessão: 128ª Sessão Ordinária de 08 de Julho de 2005.**

**Processo de Recurso N°: 1/002857/2003**

**Auto de Infração N°: 1/200308466**

**Recorrente: Célula de Julgamento de 1ª Instância.**

**Recorrido: TBM - Têxtil Bezerra de Menezes S/A.**

**Relator: Vito Simon de Moraes**

**EMENTA: ICMS – CRÉDITO INDEVIDO. NOTA FISCAL COM DESTINATÁRIO DIVERSO DAQUELE QUE ESCRITUROU O CRÉDITO – Auto de Infração IMPROCEDENTE.** Decisão Unânime. A empresa em epígrafe escriturou créditos provenientes de ICMS pago em função do consumo de energia e outros, que, *a priori*, não lhe pertenceriam, por constar destinatário diverso nos respectivos documentos fiscais. Ocorre que, como ficou sobejamente demonstrado nos autos, a empresa destinatária teve 99,98% do seu capital incorporado pela Autuada, fato que torna legítimo o aproveitamento dos créditos. Recurso Oficial conhecido e não provido.

## **1. RELATÓRIO**

**1.1** Consta do relato exarado no Auto de Infração, lavrado contra **TBM - Têxtil Bezerra de Menezes S/A:**

**“Lançar crédito indevido de ICMS, quando acobertado por documento fiscal em que o estabelecimento destinatário seja diverso do nele indicado. As notas fiscais motivo da autuação pertencem a outro contribuinte conforme cópias e relatório em anexo. Outras informações encontram-se nas Informações Complementares”.**

ICMS	R\$	943.305,38
Multa	R\$	1.886.610,36

1.2 Nas Informações Complementares, o Fiscal Autuante ratifica as informações exaradas no Auto de Infração.

1.3 Instruem os autos, cópias da Portaria do Secretário da Fazenda nº 342/2003, Termo de Início de Fiscalização nº 2003.07824, Termo de Conclusão de Fiscalização nº 2003.14079, cópias das notas fiscais que fundamentaram a autuação e demais planilhas e documentos que embasaram o procedimento fiscal. Todos devidamente cientificados à empresa Autuada.

1.3 Tempestivamente o Contribuinte vem aos autos apresentado suas razões de Impugnação aduzindo, em síntese, o que se segue:

➤ Que os créditos aproveitados são legítimos, pois a empresa TBM S/A., titular das contas de energia apresentadas pela fiscalização, teve 99,98% de seu capital, incluindo todo o funcionamento do parque industrial, incorporado pela TBM Têxtil Bezerra de Menezes S/A, que aproveitou os créditos.

➤ Que quanto aos créditos referentes à aquisição de matéria primas e insumos, teriam ocorrido um engano por parte do fornecedor que, embora tenha faturado tais mercadorias em nome da empresa incorporadora, utilizou, de maneira equivocada, o CNPJ da empresa incorporada.

1.4 Em 1ª Instância, em acatamento a argumentação de defesa aduzida pela Recorrente em seu instrumento Impugnatório, a Autuação Fiscal foi julgada IMPROCEDENTE.

1.5 Como a decisão prolatada foi contrária aos interesses da Fazenda Estadual, na forma estabelecida pela legislação, foram os presentes autos, por força de Recurso Oficial, remetidos à nova análise pela instância superior.

É, em síntese, o relatório.

## 2. VOTO DO RELATOR

2.1 Compulsando os autos de maneira apenas perfunctória, de pronto verifica-se que a acusação fiscal narrada na exordial não pode prosperar, visto que, como bem fundamentou o Julgador monocrático, a incorporação total da empresa destinatária pela Autuada, que ficou sobejamente comprovada através da farta documentação acostada, lhe confere o direito de aproveitar os créditos de ICMS em contenda.

2.2 No mais, *permissa vênia*, em face da sua total pertinência, adotamos *in tutum* a fundamentação exarada na Decisão Singular (fls. 211/213), bem como as considerações delineadas no Parecer da Consultoria Tributária (fl. 218).

### VOTO

2.7 Diante do exposto, voto no sentido de conhecer do Recurso Oficial, negar-lhe provimento, para confirmar a decisão absolutória exarada na 1ª Instância, julgando IMPROCEDENTE a presente Ação Fiscal, nos termos do Voto do Conselheiro Relator e parecer do Douto Procurador do Estado.

É como voto.

### 3. DECISÃO

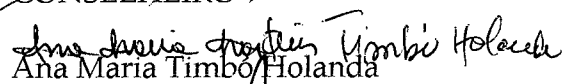
3.1 *Vistos, discutidos e examinados os presentes autos, em que é recorrente: Célula de Julgamento 1ª Instância, e recorrido: TBM - Têxtil Bezerra de Menezes S/A .*

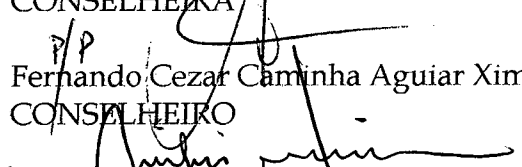
3.2 **RESOLVEM** os membros da 1ª Câmara do Conselho de Recursos Tributários, por unanimidade de votos, conhecer do Recurso Oficial, negar-lhe provimento, para confirmar a decisão absolutória proferida em 1ª Instância, julgando **IMPROCEDENTE** a presente ação fiscal, nos termos do Voto do Conselheiro Relator e Parecer do Douto Procurador do Estado. Ausente por motivo justificado o Conselheiro José Gonçalves Feitosa.


**SALA DAS SESSÕES DA 1ª CÂMARA DE JULGAMENTO DO CONSELHO DE RECURSOS TRIBUTÁRIOS**, em Fortaleza, 19 de OUTUBRO de 2005.

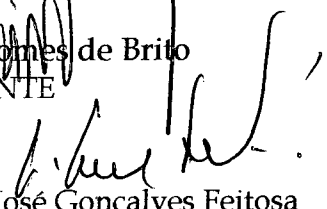
  
Alfredo Rogério Gomes de Brito  
PRESIDENTE

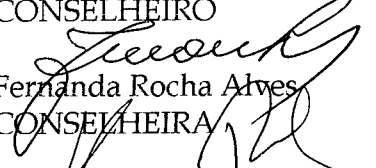
  
Manoel Marcelo A. Marques Neto  
CONSELHEIRO

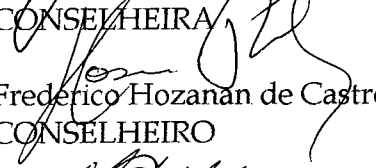
  
Ana Maria Timbo Holanda  
CONSELHEIRA

  
Fernando Cezar Caminha Aguiar Ximenes  
CONSELHEIRO

  
Helena Lúcia Bandeira Farias  
CONSELHEIRA

  
José Gonçalves Feitosa  
CONSELHEIRO

  
Fernanda Rocha Alves  
CONSELHEIRA

  
Frederico Hozanan de Castro  
CONSELHEIRO

  
Vito Simon de Moraes  
CONSELHEIRO RELATOR

PRESENTES:

Matteus Viana Neto  
PROCURADOR DO ESTADO